



ATA DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 14h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, localizada no prédio da Prefeitura de Mauá. Estiveram presentes: José Rogério Moreira Santana, Roberto Bergamaschi, Osmar dos Santos, Waldecir Gonçalves Soares, Lilliana Rondelli Fuentes, Jorge Muto, Renato da Silva, Maria Mônica M. dos Santos e como convidados os servidores Pollyana Ferreira da Silva, engenheira sanitaria e Neyton Hideki Tadeu Araki, engenheiro florestal da Secretaria de Meio Ambiente.

O Sr. Rogério deu início à reunião comentando sobre o evento do Dia Mundial de Meio Ambiente, que foi realizado no dia 09 de junho, onde contou com a presença de entidades atuantes em práticas sustentáveis. Nesse evento, todas as instituições participantes foram devidamente certificadas, incluindo igrejas e membros da sociedade civil. O evento também contou com duas exposições no Teatro Municipal: "Povos da Terra", da Oka dos Saberes e Memórias Indígenas e "A Presença da Natureza", de autoria do artista Ronaldo Silvério.

Em seguida, Rogério informou que está em discussão na Secretaria a proposta de realizar um evento no mês de setembro unificando as celebrações referentes ao Dia da Árvore, ao Dia da Limpeza e à chegada da primavera. Trata-se de uma ação que ainda não tem definição completa, contudo, a ideia é desenvolver uma atividade no Parque da Juventude com entidades e produtores locais com finalidade ambiental.

Em seguida, Rogério informou sobre a questão das cooperativas de reciclagem, primeiro item da pauta. Foi informado que ocorreu uma reunião com a promotoria do Meio Ambiente do Trabalho em São Bernardo do Campo, onde contou com a presença da conselheira Maria Mônica, representante da cooperativa Coopercata, onde foi feito um debate da situação atual. Informou também que no dia 22 de junho foi o prazo final para a entrega de propostas do chamamento público, reforçando que os dois chamamentos anteriores resultaram desertos, e ainda não dispõe de informações conclusivas referente ao chamamento atual. Rogério acrescentou que a reunião contou com a presença da Dra. Roberta, procuradora, bem como da Maria Mônica, Adolfo e Viviane. Na reunião do



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Ministério Público em São Bernardo do Campo, os representantes da cooperativa reforçaram a ideia de o Poder Público utilizar a Lei de Licitações (14.133/2021), lei que permite tanto a contratação por licitação quanto por via de contratação direta, por dispensa de licitação. O tema foi amplamente discutido e foi dado um prazo para a Secretaria. Informou-se ainda que na segunda-feira, dia 29 de junho, a Dra. Roberta estará presente na Prefeitura com a expectativa de reposta do Ministério Público sobre a possibilidade de contratação sem a necessidade de licitação, tendo como fundamento a lei 14.433/2021. Rogério acrescentou que a lei usada como base para criar o chamamento público foi a lei de OSCIP onde, segundo a parte jurídica da cooperativa, é uma lei para chamamento público e para termo de colaboração e a cooperativa defende que eles não atuam como colaborativos, mas sim como prestadores de serviço. Informou que a Dra. Roberta, em conjunto com o Dr. Matheus, Secretário de Assuntos Jurídicos vão apreciar para a tomada de decisão final sobre a questão. Rogério tem a expectativa que haverá uma definição até o dia 30 de junho e, como o chamamento público se encontrava aberto até o dia 22 de junho, será analisado se alguma entidade tenha protocolado propostas e será apreciada essa decisão do jurídico. Rogério tem a expectativa que no início de julho esta questão esteja definida.

Dando continuidade, Rogério abordou o tema da supressão de árvores com risco de queda nos parques, próximo item da pauta. Passou a palavra para o servidor Neyton Hideki Tadeu Araki, engenheiro florestal da Secretaria de Meio Ambiente, que está realizando a vistoria dessas árvores, em conjunto com os gerentes do Parque Prefeito Oswaldo Dias e do Parque da Gruta Santa Luzia. Neyton iniciou informando que esses parques foram reflorestados com o intuito de obter madeira, possuem eucaliptos que atingem alturas muito grandes, entre 35 e 40 metros. Esclareceu que as árvores acabaram sendo abandonadas e, atualmente está em processo de regeneração da mata atlântica. Porém, quando atingirem grande altura, oferecem risco, não somente da própria árvore, mas também de seus galhos. Informou que foram realizadas vistorias técnicas, também anteriormente por outros colegas nas áreas de passeio público, vias principais dos parques e próximo a estruturas, como casas, prédios e na academia ao ar livre, no caso do Parque Prefeito Oswaldo Dias.

Neyton explicou que o Parque Prefeito Oswaldo Dias fica na Avenida Capitão João e alertou que, caso de eventual queda dessas árvores, pode causar um grande estrago. Neyton explicou que mapeou uma quantidade de árvores maior que a citada no relatório anterior,



FOLHA DE INFORMAÇÃO

pois incluiu árvores que podem vir a causar problemas no futuro. Acrescentou que foi acordada, junto ao Conselho, uma quantidade entre 100 e 130 árvores a serem suprimidas, das quais 30, por volta de 15 em cada parque, já estão mortas. Outras, por exemplo, são vivas, mas estão moribundas e outras estão inclinadas. Rogério questionou, em média, qual o quantitativo de árvores entre os dois parques. Neyton respondeu que, provavelmente será por volta de 50 árvores no Parque da Gruta e entre 60 e 70 árvores no Parque Prefeito Oswaldo Dias. O conselheiro Waldecir questionou se há possibilidade de fazer o serviço nas árvores mortas a parte do pedido de supressão e fazer uma compensação, pois nesse caso compensaria com as mudas do viveiro. Rogério respondeu que, atualmente, a Prefeitura não possui estrutura para realizar a retirada das árvores mortas, pois o equipamento tem um limite de altura, não sendo possível executar uma supressão segura e sem tombamentos.

Em seguida, o conselheiro Osmar solicitou a palavra para informar sobre um caso localizado na área da ACIBAM, referente a uma parte de mata onde passa linha de energia elétrica de alta tensão. Segundo Osmar, constantemente, a incidência de ventos fortes provoca a queda de galhos das árvores, provocando a interrupção do fornecimento de energia elétrica na região, causando prejuízos. Osmar sugeriu se seria possível fazer a inclusão dessa área para a realização de poda ou supressão, por se tratar de área reincidente. Rogério sugeriu para combinar uma agenda com o servidor Sérgio para realizar uma vistoria no local. Por se tratar de uma área pública, já encaminha a solicitação para a Enel, pois só será possível realizar a poda após o desligamento da rede elétrica. Rogério informou que, se o Conselho considerar, teria a possibilidade de incluir uma ou outra árvore a mais no mesmo processo de supressão, ressaltando a obrigatoriedade da vistoria e a comunicação prévia com a Enel. Prosseguindo com o tema, Rogério informou que foi feito um levantamento financeiro básico para a supressão, estimando-se o custo total entre 100 mil e 140 mil reais, avaliado como relativamente barato. Informou que o servidor Neyton fará um termo de referência e também passará por um processo licitatório. No termo de referência serão acrescentados dois pontos importantes, que não vão armazenar a madeira e a outra observação é o conceito de levantamento florístico. Rogério espera que essa solicitação não resulte deserto, ressaltando que a equipe será minuciosa em relação à segurança. Informou ainda o extrato atualizado do Fundo Municipal de Meio Ambiente, o qual apresenta um saldo disponível de R\$ 1.670.588,66 e passou para os conselheiros apreciarem.



FOLHA RUBRICA

Em seguida, Rogério informou que ainda não irá para debate e aprovação da reestruturação da Educação Ambiental e do projeto Mauá Recicla, pois são dois pontos para pleitear junto ao Conselho para estruturar melhor esses programas. Informou que esses projetos serão finalizados para retornar como tema de pauta para uma reunião próxima, contudo, considerou relevante promover uma abordagem prévia nessa reunião. Informou que participou de uma reunião com a Controladoria da Prefeitura sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde a Educação Ambiental está presente em quase todas as situações de metas sustentáveis, razão pela qual teve o cuidado dessa gestão em dar início em uma reestruturação na Educação Ambiental.

Em seguida, Rogério passou a palavra para a servidora Pollyana Ferreira da Silva, engenheira sanitaria da Secretaria de Meio Ambiente para uma breve explicação referente à reestruturação da Educação Ambiental, próximo item da pauta.

Pollyana iniciou falando sobre o decreto que criou o Centro de Educação Ambiental, que está localizado no Parque da Gruta Santa Luzia. Esse decreto coloca algumas finalidades específicas para o Centro de Educação Ambiental como desenvolver atividades de formação e capacitação; promover a difusão do conhecimento científico e técnico tradicional, sobre o meio ambiente e recursos naturais; atuar como espaço educador, estimulando a adoção de práticas ecológicas; apoiar projetos e programas voltados à recuperação de áreas degradadas; articular parcerias e instituições de ensino, pesquisa, organizações e sociedade civil.

Pollyana comentou sobre a atual estrutura do Centro de Educação Ambiental, se trata de uma sala multifuncional com algumas cadeiras e mesas para a educação infantil, possui um pequeno acervo de exemplares, onde a maior parte foi adquirida através de doação, além de algumas maquetes que foram construídas através de eventos de Educação Ambiental. Pollyana informou ainda que muitas das atividades do Plano de Educação Ambiental estão sendo realizadas durante o ano. Existem várias programações, tanto de trilha para a primeira infância, que a Educação Ambiental está cumprindo o Plano Municipal de Primeira Infância, voltado para esse público. Além de várias atividades como palestras, oficinas, os eventos do Dia Mundial da Água e do Dia Mundial de Meio Ambiente. Ressaltou que o centro necessita dessa reestruturação. Pollyana informou que foi elaborado um levantamento detalhado de todos os recursos, equipamentos e materiais necessários para

CODIGO
004
VS.13



FOLHA DE INFORMAÇÃO

cada atividade que já está prevista no plano de forma anual. Esse levantamento, que posteriormente será avaliado pelo Conselho, para os materiais serem adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, serão para atividades para o período de um ano. Esses materiais também serão destinados para a elaboração de oficinas, como a oficina verde e a oficina de compostagem, para palestras e trilhas que contemplam o plano e o projeto político pedagógico.

Rogério informou que a Educação Ambiental tem uma estrutura básica e necessita de investimentos em equipamentos como computador, projetor e jogos pedagógicos, para os alunos obterem informações sobre a fauna, a flora e hidrografia. Acrescentou que está sendo produzido um mapa da hidrografia do município e em breve será anunciado um aumento da área do Parque da Gruta para 470.000 m². Informou também que o recurso do FEHIDRO está entrando em fase de licitação, que se trata de cercamento e reflorestamento de parte da mata atlântica, uma parte dentro do Parque da Gruta e outra parte fora, justificando o fortalecimento da área de Educação Ambiental.

Em seguida, Rogério informou que está sendo discutida uma ideia para implantação de um jardim botânico no Parque Prefeito Oswaldo Dias. Acrescentou que existem dois decretos com a finalidade de estabelecer a unidade de conservação de ambos os parques. Com esses dois decretos, pode-se pensar em ter os planos de manejo, estipulando-se o prazo legal de cinco anos para execução desses planos de manejo.

Em seguida, Pollyana informou que o Centro de Educação Ambiental recebeu o nome de "Centro de Educação Ambiental Ana Primavesi", ambientalista e cientista reconhecida por seus estudos sobre solos e agroecologia, destacando sua relevante contribuição para a preservação ambiental.

Na sequência, Rogério informou que foi estimado um custo entre 30 a 40 mil reais para a reestruturação do Centro de Educação Ambiental. Pollyana acrescentou que o projeto político pedagógico integra o Programa Município VerdeAzul e que a criação do Centro foi oficialmente instituída após a sanção do decreto. Informou ainda que o meliponário também integra essa estrutura.

Em seguida, a conselheira Liliana comentou sobre o projeto do borboletário, informando que existe um processo que, inicialmente, sua implantação seria realizada no Parque Prefeito



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Oswaldo Dias. Rogério solicitou para realizar o levantamento desse processo para que o tema possa ser retomado.

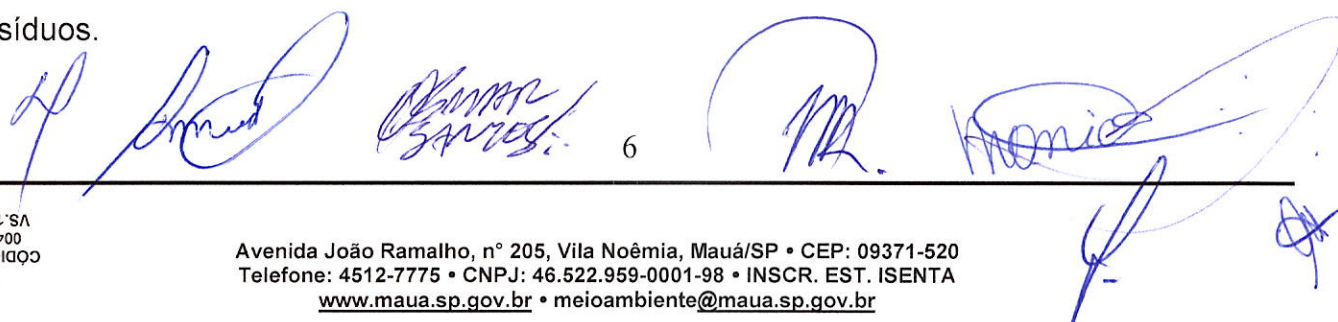
Encerrando esse assunto, Rogério informou que, na próxima reunião, será discutida a reestruturação da Educação Ambiental.

Em seguida, Rogério apresentou informações sobre o projeto Mauá Recicla, próximo item da pauta. Relatou que o programa teve início em 2021 com a proposta de instalar pontos de entrega voluntária em equipamentos públicos, como Unidades Básicas de Saúde (UBS's), creches, escolas e hospitais. Porém, enfrentou dificuldades relacionadas a ocorrências de furtos das ecobags inicialmente doadas pela Braskem. Informou que o programa iniciou com aproximadamente 300 kg de materiais recicláveis e chegou a recolher cerca de 3000 kg, por mês, destinados à cooperativa.

Rogério informou que a proposta é retomar o projeto com um modelo diferente de ecobags, com uma estrutura mais resistente que evitaria problemas de furtos, roubos e depreciação. Informou que está sendo realizado um levantamento de custos para a aquisição de aproximadamente 250 bags, cuja aprovação será submetida ao Conselho. Explicou que a proposta é de instalar esses equipamentos em UBS's, CRAS e escolas, incentivando a população a separar e destinar corretamente os resíduos. Ressaltou, contudo, que esse ano o orçamento está reduzido, e a intenção da Secretaria é protocolar o projeto junto ao Conselho.

Na sequência, Rogério informou sobre a aquisição do caminhão gaiola que foi adquirido através do Governo do Estado e que há expectativa de sua disponibilização para o projeto Mauá Recicla até o mês de novembro. A conselheira Maria Mônica sugeriu a possibilidade de fornecimento das bags ao projeto, Rogério respondeu que essa alternativa poderá ser analisada. Acrescentou ainda que a Secretaria estuda estabelecer diálogo com condomínios residenciais, pois independentemente de mandarem pelo projeto, ou não, auxiliam na redução no envio desses materiais aos aterros sanitários.

Prosseguindo, Rogério informou que será realizada, em breve, audiência pública para apresentação do diagnóstico do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, contemplando o diagnóstico, além do prognóstico e as metas da cadeia de resíduos, da qual o projeto Mauá Recicla poderá abranger parte dessa cadeia, denominada "fração seca" dos resíduos.



6

000
VS.13
CÓDIGO

Avenida João Ramalho, nº 205, Vila Noêmia, Mauá/SP • CEP: 09371-520
Telefone: 4512-7775 • CNPJ: 46.522.959-0001-98 • INSCR. EST. ISENTA
www.maua.sp.gov.br • meioambiente@maua.sp.gov.br



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Na sequência, Rogério fez uma observação referente a um dos itens da pauta, acerca da autorização para utilização de 50 mil reais como contrapartida ao Programa da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. Rogério esclareceu que no momento não dispõe de informações suficientes para aprofundar a discussão sobre esse item, informando que, caso haja urgência para deliberação, poderá ser convocada reunião extraordinária do Conselho. Caso contrário, o assunto será apreciado na próxima reunião ordinária.

Posteriormente, Rogério apresentou o último item da pauta, referente a um Termo de Compensação Ambiental vinculado ao licenciamento de empreendimento destinado à construção de um galpão na região do Sertãozinho (Processo Administrativo nº 1.008/2025). Explicou que a área teve uma supressão em estágio médio de regeneração e inicial de fragmento de mata atlântica. Esses licenciamentos eram condizidos pela CETESB, passando posteriormente para o município. Informou que a empresa possui área suficiente para o plantio de 850 mudas, porém não dispõe de espaço suficiente para realizar o restante da compensação ambiental exigida. Esclareceu que outra possibilidade seria a doação de mudas, entretanto o viveiro de mudas encontra-se em sua capacidade máxima e, durante o período de inverno, não realiza novas plantações, conforme e-mail do Viveiro Municipal. Destacou ainda que outra opção seria a realização de obras ou aquisição de equipamentos, porém, no momento, não existe demanda para essa finalidade.

Rogério informou que, se tratando de equipar a Educação Ambiental, pode gerar controvérsias, uma vez que tenha a possibilidade de não ter uma finalidade essencialmente ambiental. Rogério informou que a empresa optou pelo pagamento da compensação em pecúnia, procedimento que depende de justificativa e autorização do Conselho, conforme Decreto nº 8.193/2016, artigo 6º, inciso IV.

Esclareceu que o saldo remanescente da compensação corresponde ao valor de, aproximadamente 272 mil reais. Informou que o processo prevê o plantio de 850 mudas no próprio lote, com averbação de 2.000 m² como área verde, por ser fragmento da mata atlântica em estágio médio. Sobre a conversão do restante do plano, foi inicialmente proposta a aplicação desse recurso na elaboração do plano de manejo do Parque da Gruta, proposta que foi declinada pela empresa, que optou pelo pagamento em pecúnia.



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Rogério informou que após a emissão do Termo de Compromisso Ambiental, a empresa dispõe de prazo de 180 dias para efetuar o pagamento. Ressaltou ainda que, posteriormente, o Conselho poderá apreciar sobre a possibilidade de solicitar o plano de manejo em uma reunião próxima.

Em seguida, Rogério questionou os conselheiros quanto à existência de manifestação contrária ao pagamento da compensação em pecúnia, referente ao Processo Administrativo 1008/2025, não houve objeções, sendo aprovado por unanimidade. Informou que o recurso será destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e que o processo permanecerá à disposição dos conselheiros solicitarem vista até seu arquivamento.

Na sequência, o conselheiro Osmar apresentou informe sobre situação ocorrida na Rua Benedito Franco da Veiga, nas proximidades da Chácara das Flores, relacionada a uma nascente. Informou que foi realizado cercamento em terreno vizinho, interrompendo o curso natural da água. Relatou que entrou em contato com equipes da SABESP e da SAMA, sendo informado que o curso da água teria sido desviado, encontrando outro destino. Rogério sugeriu que fosse formalizado requerimento junto à Secretaria de Meio Ambiente. Osmar informou que encaminhará ofício solicitando esclarecimentos sobre o caso.

Nada mais havendo a tratar, Rogério informou que a pauta da próxima reunião contemplará a continuidade das discussões sobre o projeto Mauá Recicla e sobre a reestruturação da Educação Ambiental.

Encerrados todos os informes, Rogério agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Estando todos de acordo, assinam esta ata:

José Rogério Moreira Santana

Roberto Bergamaschi



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Osmar dos Santos

Osmar dos Santos

Waldecir Gonçalves Soares

Waldecir Gonçalves Soares

Liliana Rondelli Fuentes

Liliana Rondelli Fuentes

Jorge Muto

Jorge Muto

Renato da Silva

Renato da Silva

Maria Mônica M. dos Santos

Maria Mônica M. dos Santos